

Área temática: Administração geral

**O Processo de Construção do Agir Social Organizacional:
uma Concepção Exploratória**

AUTOR

ANDRÉ LUIS SILVA

FGV-EAESP - Esc. de Adm. de Emp. de São Paulo da Fundação Getulio Vargas
emailspara@gmail.com

Resumo

O agir organizacional, enquanto fenômeno de investigação, é uma temática abordada nas bases da gestão por autores clássicos e contemporâneos tais como: Weber (1922), Ramos (1966), e Maggi (2006). No entanto, chama atenção o fato de que ainda não se obteve com clareza uma compreensão acerca de como se dá intermediação das dimensões pessoas e organizações na construção do agir social organizacional enquanto um processo no qual está alicerçado os sentidos que norteiam as organizações frente aos ambientes ao qual estão inseridas. Este artigo, de caráter bibliográfico, busca contribuir para o preenchimento desta lacuna, posto que seu objetivo é realizar uma contribuição teórica que possibilite compreender o processo de construção do agir social organizacional. Fez-se uso das premissas teóricas sobre a produção de sentidos realizada pelas pessoas e a proposição do agir organizacional. Como resultado compreendeu-se que o processo do agir social organizacional trata-se de uma relação que transita entre a ética da convicção das pessoas e a ética da responsabilidade das organizações, de modo tanto as pessoas como as organizações, em suas relações sociais, partilham das posições de influenciadores e influenciados, ao passo que seus fatores éticos norteiam os seus comportamentos expressos no contexto ao qual estão inseridos.

Palavras-chaves: agir organizacional; organizações; produção de sentidos.

1 Introdução

As contínuas transformações do mundo contemporâneo demandam das pessoas e das organizações a capacidade de administrar os impactos gerados pelas situações com as quais se deparam, para que assim, consigam se adaptar ao contexto mutável que vivenciam. Esta capacidade é deflagrada quando surge nas pessoas novas formas de agir e pensar o seu fazer no contexto organizacional.

As novas perspectivas que se abrem para lidar com os processos de mudanças, emergem como um novo sentido que reconfigura o agir social organizacional desenvolvido pelas pessoas e pelas organizações, ao passo que ambas são agentes que participam e formam o ambiente no qual estão inseridas. Isto indica que, reconhecer a dinâmica inerente à configuração do agir social organizacional, significa assumir que este agir constitui-se como um processo formado pelas dimensões: pessoas e organizações.

Embora o agir organizacional, enquanto fenômeno de investigação, seja uma temática abordada nas bases da gestão por autores clássicos e contemporâneos tais como: Weber (1922), Ramos (1966), e Maggi (2006), chama atenção o fato de que ainda não se obteve com clareza uma compreensão acerca de como se dá intermediação das dimensões pessoas e organizações na construção do agir social organizacional enquanto um processo que gera novos sentidos nas organizações.

Este artigo busca contribuir para o preenchimento desta lacuna. Parte do princípio que há uma contribuição importante a ser obtida por meio de um esforço de pesquisa que busque a compreensão acerca do processo de construção do agir social organizacional, assumindo como dimensões que constituem a existência desse processo, as pessoas e as organizações.

Para desenvolver este estudo, assume-se que as pessoas, em sua condição de agentes sociais, detêm características distintas que exercem influência na construção do contexto organizacional ao qual estão inseridas, pois elas são capazes de atribuir novos sentidos as relações sociais desenvolvidas nesse ambiente. Isto nos remete a investigar, por meio desta dimensão, o processo de produção de sentidos realizado pelas pessoas, em decorrência das circunstâncias vivenciadas em suas relações sociais.

Já por meio da dimensão organizações, pode-se considerar as contribuições teóricas de clássicos autores como Weber (1922) e Ramos (1966), bem como uma concepção teórica contemporânea do agir organizacional que, neste caso, tem como seu representante maior Maggi (2006). A escolha pela proposição teórica de Maggi (2006), decorre do fato que este autor ao se alicerçar e fundamentar a sua teoria em clássicos teóricos dos estudos organizacionais, veio a considerar que as pessoas, em sua condição de agentes sociais, são elementares para o êxito dos objetivos organizacionais, em face do agir dotado de sentido que as pessoas manifestam em decorrência de seus conhecimentos, experiências e recursos que dispõem.

Considerando o quão relevante pode ser interseccionar os preceitos teóricos da produção de sentidos e do agir organizacional, como dimensões concomitantes que constituem a construção do processo do agir social organizacional, o objetivo deste artigo é fundamentar a proposta de um esquema de interpretação do processo de construção do agir social organizacional a partir da compreensão da produção de sentidos realizada pelas pessoas e da proposição do agir organizacional, configurada pela dimensão organizações.

É preciso ressaltar que neste artigo não se buscará elencar quais variáveis determinam a construção do agir social organizacional, posto que foge de seu âmbito e propósito de investigação, sobretudo, pelo fato das bases da gestão já fundamentarem de maneira consistente e relevante tais contribuições. Mas, neste artigo, buscar-se-á agregar originalidade a investigação desse fenômeno, ao propor-se elaborar um esquema de interpretação para compreender o processo de construção do agir social organizacional.

Para melhor compreensão do leitor, este artigo está estruturado em seis seções, a contar por esta introdução. Na seção seguinte é apresentado o delineamento metodológico adotado para desenvolvimento deste artigo. Em seguida, apresenta-se os fundamentos teóricos acerca do agir organizacional e, posteriormente, sobre a produção de sentidos. A partir de então, são intermediados e discutidos os conceitos fundamentados anteriormente, no qual se propõe um esquema de interpretação para entendimento do fenômeno em investigação. A última seção registra as considerações finais deste artigo, aponta as suas limitações e indica direções para futuras pesquisas.

2 Delineamento metodológico

Este estudo é de caráter bibliográfico (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Caracteriza-se como ensaio teórico, por ter como objetivo a descrição e inter-relação das características de

um fenômeno – a produção de sentidos – a outro fenômeno – o agir organizacional – assumidos como as dimensões que constituem o agir social organizacional.

A escolha por realizar a inter-relação desses dois fenômenos, se dá por confluir para o atingimento do objetivo deste artigo, ou seja, fundamentar a proposta de um esquema de interpretação do processo de construção do agir social organizacional, a partir da compreensão da produção de sentidos realizada pelas pessoas e da proposição do agir organizacional, configurada pela dimensão organizações.

O quadro 01 apresenta as principais temáticas em investigação neste artigo, o que se buscou investigar em cada uma delas e os principais autores utilizados.

Temas	O que investigar?	Principais Autores
A Produção de Sentidos	Distintas proposições teóricas concernentes a temática de produção de sentidos realizada pelas pessoas.	Spink & Medrado (1999) Tonelli (2003) Rosa, Tureta & Brito (2006)
O Agir Organizacional	Premissas teóricas que caracterizam e explicam o agir organizacional.	Weber (1922) Ramos (1966) Maggi (2006)
Discussão e Inter-relação entre os temas fundamentados	A proposição de um esquema de interpretação que viabilize e torne transparente a relação entre a produção de sentidos e o agir organizacional na sustentação do processo de construção do agir social organizacional.	Weber (1922) Ramos (1966) Spink & Medrado (1999) Maggi (2006)

Quadro 01 – Estrutura de investigação temática e procedimentos de pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor

3 O Agir Organizacional

A contribuição teórica de Max Weber (1944 [1922]) tem sido atrelada ao processo de reconstrução do conhecimento no âmbito dos estudos organizacionais. Muito embora seja considerado o autor clássico de maior relevância na área de sociologia, muitos de seus conceitos estão intrinsecamente vinculados ao fenômeno organizacional, como demonstra sua afluência no estudo pioneiro de Ramos (1966), e 40 anos depois, na perspectiva de Maggi (2006).

Segundo Ramos (1966), a contribuição de Weber para a teoria administrativa revaloriza os meios interpretativos para a área, assumindo que os conceitos weberianos (1944 [1922]), através de seus resultados, “servem para orientar concretamente o trabalho de organização e administração” (RAMOS, 1983 [1966], p. 37).

Entre as vertentes exploradas por Ramos (1966) cujo equacionamento teórico retrata sua constatação precoce e pioneirismo interpretativo quanto ao âmbito dos estudos organizacionais, emerge a tentativa de definição para seu enfático conceito de ação administrativa. Principia para tanto, a admissão de dois pares conceituais de origem weberiana (1944 [1922]), a partir da perspectiva de Mannheim (1942): racionalidade funcional e substancial; e ética da responsabilidade e da convicção. A centralidade em tais conceitos calca-se no pressuposto de que “ambos os pares são conducentes a um satisfatório equacionamento teórico da ação administrativa” (RAMOS, 1983 [1966], p. 37). O plano geral almejado em seu estudo consiste em “delinear os rudimentos de uma sociologia especial da administração”. Assim, segue os conceitos que ressaltam a relevância desta premissa.

Compreende-se a administração como fato e sistema, imerso em um contexto de alta complexidade, já que o “sistema administrativo é necessariamente pluridimensional” (RAMOS, 1983 [1966], p. 3). Sua sistematicidade caracteriza-se pelos distintos eixos,

entendidos como **atos sociais**, componentes da estruturação e constituição da sociedade, tais como: o econômico, religioso e jurídico. Tal consideração retrata as existentes “relações dialéticas entre o indivíduo e a sociedade” (RAMOS, 1983 [1966], p. 24). Os fatos sociais acabam sendo constituídos de forma independente às manifestações individuais, já que representa um processo coletivo de múltiplas relações.

A contextualização sistêmica formada pelos fatos sociais vem a determinar a gênese do **fato administrativo** que, especificamente, se apropria dos múltiplos fatos sociais, para constituir o processo de administração. Contudo, assume-se que este conceito ainda possui “deficiências conceituais dos estudos em seu campo” (RAMOS, 1983 [1966], p. 6). Desta maneira, a sociologia atua como consistente aporte para a busca de sanar estas deficiências.

Pode-se assumir o fato administrativo como sendo fundamentalmente social, propagando como seu objetivo, promover o equilíbrio dinâmico do sistema administrativo. No contexto organizacional vem a ser a expressão da atividade humana condutora do processo decisório. Assim, a ação decisória dos agentes sociais nas organizações, caracteriza o fator estratégico como elemento estruturante, já que “o processo administrativo é processo decisório” (RAMOS, 1983 [1966], p. 13). Este processo se apropria da utilização de *feedback* proveniente dos resultados quanto às ações estratégicas adotadas, promovendo possíveis adaptações de cunho decisório, indicando a constante atualização do fato administrativo.

A efetiva funcionalidade do fato administrativo exige a **cooperação** dos agentes sociais para que as atividades possam ser realizadas, ritmadas, concebidas e modificadas. Utilizando a perspectiva de Barnard (1948 [1938]) quanto às relações cooperativas, é declarado que “os indivíduos vinculados a qualquer sistema cooperativo têm com ele uma relação dual” (RAMOS, 1983 [1966], p. 37). Esta relação retrata o alinhamento requerido entre os preceitos organizacionais e as convicções individuais dos agentes sociais, possível ao vislumbrarem objetivos em comum. Somente ao promover este vínculo, constitui-se a cooperação imprescindível para o êxito de um fato administrativo.

Esta convicção faz suscitar o conceito de **ação administrativa**, fundamentado na escola weberiana (1944 [1922]), sendo que um de seus aspectos aborda o “equilíbrio entre a personalidade e organização” (RAMOS, 1983 [1966], p. 36). Para definição desta premissa, é requerido o entendimento prévio sobre outros conceitos. Por meio da perspectiva de Barnard (1948 [1938]), um dos aspectos configuradores da cooperação é a **racionalidade** da qual se dota o agente social. Assumi para tanto, a existência da racionalidade funcional e racionalidade substancial.

A **racionalidade funcional** associa-se ao consentimento cooperativo, por parte do agente social, em prol da racionalidade organizacional, que essencialmente modifica a ação do indivíduo por meio de influências e controles (RAMOS, 1983 [1966], p. 38). Desta forma, constitui-se uma ação administrativa direcionada às perspectivas desejadas pela organização, posicionamento este que retrata as convicções de Simon (1960 [1947]) ao abordar “a racionalidade no comportamento administrativo”.

Já a **racionalidade substancial** está “estritamente relacionada com a preocupação em resguardar a liberdade dos agentes sociais intrínsecos as organizações” (Ramos, 1983 [1966], p. 39). Esta consideração expõe que frente ao constante controle, competição organizacional e rotinização da conduta humana, deteriora-se a capacidade da racionalidade substancial dos indivíduos, sendo esta essencial para credibilizá-los quanto à formação de suas competências, perspectiva decisória e potencial criatividade. Essa racionalidade na ação administrativa enfoca realizar um processo de “ajustamento positivo do indivíduo ao trabalho” (RAMOS, 1983 [1966], p. 41).

Para investigar o ajustamento objetivado pela ação administrativa, deve-se considerar o **fator ético** implícito nessa conjectura, de modo que, a epistemologia weberiana, se sustenta a

partir da perspectiva de Mannheim (1942), indica que o fator ético particiona-se em duas tipificações: a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

Considera-se que as pessoas, na condição de agentes sociais, são dotadas de uma **ética da convicção** que imprime seus entendimentos e preceitos pelos quais se norteiam. Contudo face ao reconhecimento da existência de conflitos éticos nas organizações, a realização do processo de ajustamento positivo entre o indivíduo e seu trabalho, demanda a necessidade dos agentes sociais nas organizações serem dotados de preceitos éticos comungados.

Dada às circunstâncias, suscita o conceito de **ética da responsabilidade** que reflete a mescla entre os preceitos éticos das organizações juntamente a dos agentes sociais. Esta ética intenciona-se a possibilitar o equilíbrio organizacional por meio do processo de ajustamento de fatores éticos, bem como viabilizar a ação cooperativa nas organizações.

Para Ramos (1966) as implicações éticas organizacionais, por serem constituídas devido ao contexto da transformação econômico-social que consolida, evidenciam a necessária mutação psicológica do homem em prol de uma ética coletiva, para que seja possível estabelecer um processo cooperativo direcionando aos objetivos em comum entre os agentes sociais e as organizações.

Nota-se que a ação administrativa é delineada por racionalidades de distintos agentes sociais, sendo a ética da responsabilidade o meio para firmar a efetivação desta ação. Todavia, as implicações éticas organizacionais, constituídas devido ao contexto da transformação econômico-social que consolida, evidenciam a necessária mutação psicológica do homem em prol de uma ética coletiva (RAMOS, 1983 [1966]).

Delineado os principais conceitos, acerca do agir organizacional, a partir de clássicos autores da área, introduz-se a teoria do agir organizacional de Maggi (2006), pois conforme demonstrado a seguir, este autor além de fundamentar sua teoria em consagrados clássicos dos estudos organizacionais, proporciona considerações refletoras de efetiva aderência aos fenômenos organizacionais conformados em tempos atuais.

Para Maggi (2006), o processo de construção de uma teoria é apoiado em teorias já existentes, das quais a que está em construção se utiliza ou retrabalha conceitos e proposições e diferencia-se das outras teorias. Por ser concebida desta maneira, ela se situa segundo uma perspectiva, uma maneira de ver.

Para delinear a fundamentação de sua proposição, Maggi (2006), iniciou o desenvolvimento de seu estudo reconhecendo de imediato a notável contribuição de Max Weber (1944 [1922]). Considerou-se que este sociólogo cuja competência nas ciências sócias percorre distintas áreas veio, por meio de seus estudos, fundamentar em muitos aspectos a sua proposição da teoria do agir organizacional.

Maggi (2006) inicia o desenvolvimento da proposição do agir organizacional a partir do conceito de agir social investigado por Weber (1944 [1922]), pois foi uma alternativa adotada para enfatizar que o agir organizacional é uma forma de agir social, ao passo que o agir organizacional é *per si* um agir humano nas organizações. Considerar o agir organizacional como um agir humano nas organizações emerge como o alicerce da proposição da teoria de Maggi (2006). Para o autor, o agir organizacional é deflagrado no agir dotado de sentido manifesto pelos agentes sociais nas organizações.

O **agir dotado de sentido** provém dos meios pelos quais os agentes sociais dispõem para realizarem suas escolhas. Para tanto, lançam mão de seu nível de conhecimento, experiência e recursos que dispõe, para por meio de seu agir conseguir atingir os objetivos almejados. Isto indica que o agir sempre está intencionado a realização de uma ação para atingir um determinado fim (MAGGI, 2006).

Dito em outra maneira, o **agir social** que alicerça a concepção do agir dotado de sentido, expressa o processo de ação desenvolvido pelo agente social a partir de um pré-ordenamento, sendo o agir manifesto, amparado nos meios escolhidos para atingir os

objetivos desejados. Contudo, ressalta-se que todo o processo de ação estrutura-se por meio de regras inerentes ao ambiente em que se desenvolve o agir social (MAGGI, 2006).

A manifestação do agir social ocorre tanto por ações individuais como coletivamente. Em contextos sociais/organizacionais, a junção de ações entre os distintos agentes que formam as suas relações, gera um não controle completo dos meios escolhidos e, conseqüentemente, dos fins atingidos. A incerteza é substancial, posto que este elemento não está excluído em um processo de ação do agir organizacional. Isto faz com que a “regulação de qualquer ação só pode se completar ao agir” (MAGGI, 2006, p. 8).

A ação que se completa no agir remete ao conceito de **agir finalizado**, que expressa às intenções e limitações dos agentes sociais ao promoverem uma ação, já que o agir manifesto representa intencionalidade e limitação, como é a razão humana (MAGGI, 2006). A consistência deste processo está alicerçada no objetivo em comum estabelecido. Requer cooperação entre os distintos indivíduos para consolidar a coordenação consciente do processo de ação.

Para Barnard (1948 [1938]), a coordenação de ações cooperativas é a ação intencional do sujeito e a ação cooperativa entre dois ou mais indivíduos, essencial para a consolidação das ações organizacionais, já que o “objetivo é uma escolha de cada um, a cooperação é exigida por esse objetivo, e a coordenação exigida pela cooperação” (MAGGI, 2006, p. 9).

Compreende-se que para Maggi (2006), a organização deve ser vista como um processo de ações e decisões, sustentado na racionalidade manifesta pelos agentes sociais em seu agir, de modo que esta convicção é fundamentada em seu estudo a partir das concepções de Simon (1960) quanto à **racionalidade intencional e limitada**, por ser “evidentemente fundamental para a teoria do agir organizacional” (MAGGI, 2006, p. 28).

O conhecimento quanto às conseqüências de uma ação é fragmentário devido à incerteza permeada pelo processo decisório. As perspectivas dos agentes sociais são providas de preferências e variações, expressando assim, sua racionalidade intencional e limitada, o que torna “a ação organizacional guiada pela racionalidade” (MAGGI, 2006, p. 26).

Sob esta perspectiva, firmada na convicção de Maggi (2006) ao defender que o agir dotado de sentido, realizado pelos agentes sociais no processo decisório, além de ser um agir social, é o fundamento do agir organizacional pelo qual é possível deflagrar o sentido pelo qual estão norteadas as ações organizacionais como meio de transformação nas organizações.

O quadro 02 expõe a síntese dos principais conceitos considerados para explicar o agir social organizacional.

Teórico	Conceito	Fundamento
Weber (1922)	Fator Ético	Elemento promotor do equilíbrio entre os agentes sociais, dotados de sua ética da convicção, e as organizações com sua ética organizacional, sobretudo, possível, pela ética da responsabilidade comungada por ambos para viabilização das ações administrativas.
Ramos (1966)	Fato Social	São componentes da estruturação e constituição do sistema social tais como: o religioso, político e jurídico, representando, essencialmente, um processo coletivo de múltiplas relações.
	Fato Administrativo	Mescla múltiplos fatos sociais para constituir o processo de administração. Como objetivo existencial busca o equilíbrio dinâmico do sistema administrativo. No âmbito organizacional, expressa a atividade humana, especificamente, ao exercer o processo decisório.
	Ação Administrativa	Miscigena os distintos elementos organizacionais para alinhamento da ação em prol dos objetivos definidos. Sobre tudo, fundamenta-se na busca do equilíbrio para a organização, enfatizando para tanto, a relevância do fator humano para sua consolidação através de sua

Maggi (2006)		racionalidade substancial conduzida por uma ética responsável.
	Racionalidade	Indica o fundamento promotor da cooperação nas organizações, assumindo também que, a racionalidade funcional e substancial, são meios vinculativos aos preceitos organizacionais.
	Agir Dotado de Sentido	Ao compreender a organização em termos de processos ocorridos ao longo do tempo por meio de decisões, assume-se que um agir exprimido pelo indivíduo alicerça-se nos meios escolhidos para atingir os objetivos desejados, sendo que por meio de seus conhecimentos, experiências e recursos de que dispõe, torna, invariavelmente, seu agir dotado de sentido.
	Agir Social	Ilustra um processo de ação formado a partir de um pré-ordenamento, cujo agir revelado pelo indivíduo sustenta-se nos meios escolhidos para atingir as premissas objetivadas.
	Agir Finalizado	Demonstra as intenções e limitações dos sujeitos ao promoverem um dado processo/agir. Principalmente, expressa os resultados dos objetivos em comum estabelecidos, atingidos pela cooperação entre os distintos agentes sociais e a organização.
	Racionalidade Intencional e Limitada	Sendo incertas as consequências de uma ação organizacional, e as perspectivas dos agentes sociais que exercem o processo decisório providas de preferências e variações, a racionalidade manifestada em uma ação se alicerça em limitação e intencionalidade.

Quadro 02 – Principais conceitos explorados na temática do agir organizacional

Fonte: elaborado pelo autor com base em Weber (1922), Ramos (1966) e Maggi (2006)

4 A Produção de Sentidos

A produção de sentidos como temática implícita a área de psicologia social, especifica-se no campo de estudo do conhecimento social. Os sentidos produzidos permitem que as pessoas se posicionem perante as circunstâncias, os dados, as teorias e aos outros ao qual se deparam, devido aos significados que passam a atribuir as suas ações e comportamento frente ao contexto que vivenciam. É por esta relação do conhecimento sob a ótica da produção de sentidos que “conhecer é dar sentido ao mundo” (SPINK; GIMENES, 1994, p. 150).

Os sentidos produzidos pelas pessoas as permitem se posicionem perante aos dados, as teorias e aos outros, em face dos significados que passam a atribuir as suas ações e comportamento frente ao contexto com o qual se deparam. Dito de outra maneira, compreender como os sentidos são produzidos possibilita conhecer o processo de transformação dos significados que configuram os distintos posicionamentos assumidos pelas pessoas perante o contexto social que vivenciam, já que produzir sentido implica, em posicionar-se no fluxo dos acontecimentos, por meio das narrativas que criam elos entre os eventos vividos (SPINK; GIMENES, 1994).

Segundo Tonelli (2003, p. 38), “os sentidos — sobre si, sobre o mundo, sobre as coisas — são construídos nos processos de interação entre as pessoas”. Isto indica que, os processos de interação entre as pessoas viabilizam a produção de sentidos, à medida que também geram uma multiplicidade de posições passíveis de serem assumidas pelas pessoas. O discurso, como prática, torna-se o elemento intermediador nos processos de interação, o que para Morales (2000) torna o discurso efeito dos sentidos produzidos pelo sujeito, porque é no discurso que o sujeito evidencia a posição por ele preenchida no acontecimento da produção de sentidos.

Entende-se por **práticas discursivas** “as diferentes maneiras em que as pessoas, através do discurso, ativamente produzem realidades psicológicas e sociais” (SPINK; GIMENES, 1994, p. 153). Assim, admite-se a compreensão de ser o conhecimento social construído pela produção de sentidos que emerge nas práticas discursivas realizadas pelas pessoas.

Embora a produção de sentidos ocorra nos processos de interação, para Spink e Medrado (1999) esse processo torna-se possível em decorrência dos **repertórios interpretativos** que dispõem as pessoas. Tais repertórios representam os subsídios que viabilizam as potencialidades de percepção das pessoas sob um dado contexto, as capacitando a interpretar o mundo, assim como de agir sobre ele a partir dos sentidos que lhe atribui. Por meio dos repertórios interpretativos transformam-se os significados das ações e comportamentos das pessoas, o que as permitem construir um posicionamento para sua manifestação nas relações de interação. Para tanto, considera-se que há três dimensões básicas para o entendimento da produção de sentidos: a linguagem, a história e as pessoas.

A **linguagem** é compreendida como prática discursiva, onde sua ação manifesta-se pelo exercício dos princípios que seu agente profere. Representa “as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO, 1999, p. 47).

A dimensão **história** sustenta-se na premissa de que as práticas discursivas e os consequentes sentidos produzidos pelas pessoas em suas ações, detêm uma localização espaço-temporal, isto é, estão marcadas pela história devido ao contexto e momento em que ocorrem (SPINK; MEDRADO, 1999).

Já as **pessoas**, como dimensão básica para o entendimento da produção de sentidos, advêm da premissa que os processos de interação e socialização por elas realizados, possibilitam a aprendizagem pessoal e ampliação de conhecimento, devido à ressignificação que produzem nestes e a estes processos, essencialmente iniciados, a partir do posicionamento (localização espaço-temporal) de seus repertórios interpretativos (SPINK; MEDRADO, 1999).

De acordo com Rosa, Tureta e Brito (2006), fixar uma posição significa transitar por múltiplas narrativas ao qual se tem contato, articulando-as nas práticas discursivas para possibilitar a interação nas relações cotidianas. As pessoas ao construírem um **posicionamento**, isto é, assumirem uma concepção interpretativa, conseguem realizar o intercâmbio de suas concepções por meio das práticas discursivas.

Essa perspectiva expande-se na consideração de que:

os sentidos não são encontrados somente nas palavras como mensagens a serem codificadas, mas possuem forte relação com o contexto ao seu redor, às condições nas quais são produzidas e mais ainda, refletem algo que não foi explicitamente dito [...] (ROSA; TURETA; BRITO, 2006, p. 46).

As condições para a produção de sentidos abrangem o sujeito e a situação, sendo em uma acepção mais restrita, tais condições reduzidas ao contexto imediato ao qual a pessoa se depara, bem como pelos elementos mais visíveis, disponíveis e por ela percebidos. Em decorrência das diferentes maneiras pelas quais as pessoas apreendem sua relação com o ambiente vivenciado, a partir do posicionamento interpretativo que assumem, é o que torna os sentidos também são reflexo de algo que não foi explicitamente dito (ROSA; TURETA; BRITO, 2006).

Os posicionamentos assumidos pelas pessoas configuram a composição do sistema social ao qual estão implícitas. A sociedade, como um sistema social comungado pelos indivíduos em sua construção, tratar-se de um contexto coletivo permeado por múltiplas narrativas em decorrência dos processos de interação advindos das práticas discursivas realizadas pelos sujeitos.

O quadro 03 expõe a síntese dos principais conceitos considerados para explicar o processo realizado pelas pessoas para produzirem os sentidos.

Autores	Conceito	Fundamento
---------	----------	------------

Spink; Gimenes (1994)	Práticas Discursivas	Representam as distintas maneiras pelas quais as pessoas, por meio do discurso, estabelecem e promovem suas realidades psicológicas e sociais, à medida que produzem sentidos, e por consequência, atribuem significados nessas e a essas práticas, fazendo com que as narrativas criem elos entre os eventos vividos que consubstanciam o conhecimento social.
Spink; Medrado (1999)	Repertórios Interpretativos	Indica os subsídios que viabilizam as potencialidades de percepção do sujeito sob uma dada conjectura. O permite interpretar o mundo, assim como de agir sobre ele a partir dos sentidos que lhe atribui, sobretudo, por viabilizar a transformação dos significados de suas ações e comportamentos, manifestos nas relações de interação permeadas pelo contexto ao qual se encontra.
	História	Primeira dimensão básica para entendimento da produção de sentido. Sustenta-se na premissa de que as práticas discursivas e os consequentes sentidos produzidos pelas pessoas em suas ações, detêm uma localização espaço-temporal, isto é, estão marcadas pela história devido ao contexto e momento em que ocorrem.
	Linguagem	Na condição de segunda dimensão básica para entendimento da produção de sentido, representa as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e conseguem estabelecer uma posição em suas relações sociais cotidianas.
	Pessoas	É a terceira dimensão básica para o entendimento da produção de sentidos, onde em decorrência dos processos de interação e socialização realizados pelas pessoas, ocorre a aprendizagem pessoal e ampliação de conhecimento, devido à ressignificação que elas atribuem nesses e a esses processos.
Rosa; Tureta; Brito (2006)	Posicionamento	Considerado como a condição que permite o sujeito transitar por múltiplas narrativas ao qual se tem contato, articulando-as nas práticas discursivas para possibilitar sua interação nas relações cotidianas, isto é, o ato de assumir uma concepção interpretativa que o permite realizar o intercâmbio de suas concepções.

Quadro 03 – Principais conceitos explorados na temática de produção de sentidos

Fonte: elaborado pelo autor com base em Spink & Gimenes (1994); Spink & Medrado (1999); e Rosa, Tureta & Brito (2006).

5 Discussão e Inter-relação da fundamentação teórica

Percebe-se que o agir organizacional está constituído, preliminarmente, pelos princípios de Weber (1922), quanto à ética da convicção e a ética da responsabilidade. O fator ético norteia as ações dos agentes sociais e organizações, possibilitando instituir um agir cooperativo orientado em prol de atingir objetivos comungados no contexto organizacional.

A partir do conceito de **repertórios interpretativos** (Spink; Medrado, 1999), com sua premissa de que as múltiplas relações configuradas em um sistema social são constituídas a partir dos subsídios que as pessoas detêm para produzirem os sentidos, pode-se considerar que é por este processo que se tornam possíveis as ações cooperativas entre os agentes sociais, já que seu **agir finalizado** (Maggi, 2006), embora, constitua-se por meio da racionalidade intencional e limitada dos indivíduos, expressa principalmente, os resultados dos objetivos em comum estabelecidos, atingidos pela cooperação entre os distintos agentes sociais e a organização.

Nesse sentido, a ação de significação que emerge do ato individual de produção de sentidos consolida-se ao vincular-se, por meio dos significados gerados, aos objetivos de caráter coletivo quando em contexto social/organizacional. Isto indica que o **agir social** (Maggi, 2006), que sucintamente refere-se à manifestação humana em um processo decisório que enfoca o equilíbrio organizacional, ao passo que é relacionado ao conceito de **práticas discursivas** (Spink; Gimenes, 1994) representante das distintas maneiras pelas quais as pessoas, por meio do discurso, faz com que sejam estabelecidas realidades psicológicas e sociais, à medida que os agentes sociais em seu agir produzem sentidos atribuindo

significados nessas e a essas ações. O alinhamento entre seu discurso e ação do agente social, faz com que haja o estabelecimento de elos entre o significado do agir e sua respectiva ação, pois expressa a essência da manifestação humana nas organizações.

A manifestação humana nas organizações, evidência por sua vez, os conceitos **agir dotado de sentido** (Maggi, 2006) e **posicionamento** (Rosa; Tureta; Brito, 2006). Em face de seu conhecimento, experiência e recursos que dispõe, o indivíduo consegue escolher os meios para atingir os objetivos desejados, o que torna, invariavelmente, seu agir dotado de sentido. Se a consolidação do agir impregna-se de sentido, essencialmente, advindo das escolhas realizadas pelo indivíduo, pode-se compreender que as escolhas realizadas consolidam seu posicionamento diante as circunstâncias que vivencia. Posicionar-se permite que o sujeito interaja nas relações cotidianas, pois ao assumir uma concepção interpretativa consegue realizar o intercambio de suas concepções por meio de seu agir dotado de sentido.

Nesta linha de argumentação, passa-se a considerar que o agir social organizacional é resultante da correlação positiva entre as dimensões organizações e pessoas, por serem os elementos que configuram as relações sociais que formam o contexto e os significados atribuídos em seus processos de interações.

As organizações ao exercerem sua ética responsável acabam por realizar um agir finalizado que promove a cooperação intencional dos indivíduos em prol de objetivos organizacionais em comum. Por sua vez, a dimensão pessoas lançam mão de sua ética da convicção que norteia a delimitação de suas convicções. Para tanto, as pessoas utilizam seus repertórios interpretativos para que seja possível atribuir significações as situações vivenciadas no contexto ao qual está inserida. Nesse momento, a produção de sentidos inicia-se pela dimensão história, onde as pessoas a partir do que já conhecem e vivenciaram, bem como de acordo com o contexto ao qual estão implícitas, conseguem delimitar os sentidos, e os consequentes, significados ao seu agir manifesto perante a situação.

Em decorrência de tais características, ao ser miscigenado o agir finalizado das organizações, essencialmente devido à cooperação entre seus agentes sociais, aos repertórios interpretativos das pessoas alicerçados pela dimensão história para produzir os significados atribuídos à situação que vivenciam, entende-se que a experiência obtida nesse processo faz com que o indivíduo obtenha e/ou amplie a sua aprendizagem.

Também emergem as práticas discursivas das pessoas que são as distintas maneiras pelas quais, por meio do discurso, estabelecem e promovem suas realidades psicológicas e sociais, fazendo com que suas narrativas criem elos entre os eventos vividos. Nesse sentido, a linguagem como segunda dimensão para produção de sentidos se faz presente, no que concerne permitir que as pessoas consigam estabelecer uma posição em suas relações sociais cotidianas, especificamente, a partir de sua aprendizagem obtida por meio da experiência obtida no processo.

Com a manifestação humana advinda do agir social intermediado pela linguagem nas praticas discursivas das pessoas, ocorre à manifestação da percepção sobre as relações sociais da qual é parte integrante. O processo de percepção permite que as pessoas e as organizações desenvolvam suas decisões e escolhas, conseguindo assim, atribuir suas perspectivas sobre a realidade, extraindo significados coerentes com suas próprias experiências e concepções.

Sob esta interpretação, pode-se considerar que a intersecção entre a manifestação humana advinda o agir social das organizações e as praticas discursivas expressa pelo discurso/linguagem das pessoas, estabelece uma condição de percepção quanto às relações sociais. A percepção deflagra o agir dotado de sentido, pois representa as características distintas de seus agentes sociais na atribuição de sentido as ações organizacionais, bem como é por este agir que tais agentes constituem seu posicionamento, já que lhe dão condições de intercambiar suas concepções nas interações com as relações cotidianas. Por sua vez, os distintos posicionamentos que podem ser constituídos pelas pessoas em decorrência da

produção de sentidos que realizam no empreender de seu agir dotado de sentido, permite considerar que essas distinções ocorrem devido ao fator memória das pessoas.

A memória ao representar o armazenamento de informações aprendidas pelo indivíduo em decorrência das experiências vividas, o permitindo processar, interpretar e assimilar as informações provenientes do mundo externo, vem a determinar o que será armazenado em sua memória. Consequentemente, a memória determina o que será expresso pelo agir dotado de sentido de uma pessoa a partir de seu posicionamento enquanto indivíduo que interage com em relações sociais. Assim, considera-se que esta conjuntura advinda do agir dotado de sentido e do posicionamento das pessoas, alicerça-se no elemento memória dos agentes sociais, já que as permitem agirem e se posicionarem perante as relações sociais que configuram o contexto organizacional ao qual estão inseridas.

Portanto, o esquema de interpretação acima proposto, demonstra que o agir social organizacional é construído por meio de um processo cíclico empreendido entre as dimensões organizações e pessoas. A partir do agir dotado de sentido da organização e do posicionamento do agente social quanto a sua experiência nas relações sociais vivenciadas nesse contexto, ocorre o reinício, e por isso, o caráter cíclico do processo da construção de um agir social organizacional.

6 Considerações finais

Este artigo primou por atingir o objetivo de fundamentar a proposta de um esquema de interpretação do processo de construção do agir social organizacional a partir da compreensão da produção de sentidos realizada pelas pessoas e da proposição do agir organizacional. Para tanto, compreendeu-se que o princípio do agir social organizacional consiste em estudar os processos envolvidos quando os agentes sociais, de maneiras distintas, interagem nas relações sociais, atribuindo sentido nessas e a estas relações.

Com esta interpretação, admitiu-se que o processo de construção do agir social organizacional se constitui por duas dimensões: organizações e pessoas. Para tanto, realizou-se a intersecção entre os preceitos teóricos da produção de sentidos realizada pelas pessoas e o agir organizacional, ao passo que são fenômenos assumidos neste estudo, como elementos que parametrizam o agir social organizacional.

Os fundamentos teóricos utilizados para elencar os elementos e características centrais do agir manifesto nas organizações, demonstram a essencialidade do agir das pessoas norteadas pelo fator ético, já que as possibilita empreenderem um agir coletivo direcionado à cooperação em prol de atingir objetivos em comum. Imperativo é perceber que as ações nas organizações são delineadas pelas pessoas em seu agir organizacional, onde mesmo os agentes sociais sendo detentores de características distintas, alinham-se na configuração de um agir, em face do fator ético pelo qual se norteiam em prol dos objetivos organizacionais pleiteados.

A intersecção do agir organizacional e os sentidos produzidos pelas pessoas, propiciou fundamentar o processo de construção do agir social organizacional, de modo que a inter-relação de tais fenômenos desvelou que um agir social organizacional, ocorre a partir do fator ético que as pessoas e organizações exercem diante do ambiente em transformações ao qual estão inseridos e, por conseguinte, desenvolvem suas relações sociais.

Por este estudo compreende-se que um agir social organizacional está permeado pela significação advinda dos sentidos produzidos pelas pessoas ao serem submetidas a um contexto em contínua transformação. Nota-se também que a cooperação está sustentada pelo fato ético que tanto as organizações como as pessoas exercem ao ponderarem quanto à forma de empreenderem suas ações frente às mudanças.

Há de se observar que o esquema de interpretação do processo de construção do agir social organizacional, mostrou-se ser um processo cíclico. Este fato indica que possivelmente não existe dependência quanto ao conhecer quais variáveis determinam o êxito de um agir social organizacional, pois ao ser cíclico, desenvolve-se um processo contínuo de aprendizagem, de modo que as pessoas ampliam seu repertório de conhecimento na produção de novos sentidos no empreender de seu agir nas organizações.

Portanto, compreendeu-se que o agir social organizacional ocorre por meio de um processo formado pelas dimensões pessoas e organizações. A aderência entre o agir organizacional e da produção de sentidos realizada pelas pessoas, decorre dos fatores éticos pelos quais se pautam na configuração de um agir, de modo que sua construção ocorre de forma cíclica por transitar entre a ética da convicção das pessoas e a ética da responsabilidade das organizações. Este fator faz emergir a compreensão que tanto as pessoas como as organizações, em suas relações sociais, partilhem das posições de influenciadores e influenciados, ao passo que seus fatores éticos norteiam os comportamentos expressos no contexto ao qual estão inseridos.

A originalidade deste estudo está na sistematização teórica demonstrada pela proposta de um esquema de interpretação do agir social organizacional no qual acabou por contextualizar de maneira mais ampla, a relação existente entre pessoas, organizações e relações sociais, sob a ótica do processo de construção desse agir social organizacional.

O fato deste artigo não dispor de dados empíricos para ressaltar a sua contribuição, emerge como um fator de sua limitação, de modo que o possibilita incentivar a realização de outros estudos com base empírica. Contudo, ressalta-se que estudos futuros estejam norteados pela ótica assumida neste artigo, isto é, considerar que a partir da miscigenação das distintas características, variações, experiências e formas de apreender diferente fenômenos, sob consistentes postulados teóricos, distintos fenômenos, faz ser possível o desvelar de maneiras alternativas para compreender os seus processos de inter-relação, posto que neste estudo confluíu para o entendimento do processo de construção do agir social organizacional.

Referências

- BARNARD, Chester I. **The Functions of the executive**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1948 [1938].
- MAGGI, Bruno. **Do agir organizacional**. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.
- MANNHEIM, Karl. **Libertad y planificación social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.
- MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEDRADO, Benedito. **Textos em cena: a mídia como prática discursiva**. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MORALES, Gladys B. A Produção de Sentidos em Perspectiva Pós-Moderna. **Impulso – Revista de Ciências Sociais e Humanas**, Piracicaba – São Paulo, v. 12, n. 29, p. 23-31, 2000.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983 [1966].

ROSA, Alexandre Reis; TURETA, César; BRITO, Mozar José de. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos nos Estudos Organizacionais: A Contribuição do Construcionismo Social. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 41-52, jan./jun. 2006.

SIMON, Herbert. **Administrative behavior**. New York: Macmillan, 1960 [1947].

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, Mary Jane; GIMENES, Maria da Gloria G. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: Apontamentos Metodológicos para a Análise de Discursos sobre a Saúde e a Doença. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994.

TONELLI, Maria José. Produção de sentidos: tempo e velocidade nas organizações. **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 33-50, 2003.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944 [1922].